

Artigos originais

Esta seção destina-se à publicação de artigos enviados espontaneamente pelos interessados.

BIOÉTICA E RELIGIÃO

Bioethics and religion

Marco Segre

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

msegre@uol.com.br

Resumo: Este trabalho discute as razões que estruturam os juízos morais, apontando a relevância de considerar as emoções e crenças como o pano de fundo da reflexão ética.

Palavras-chave: Reflexão autônoma. Bioética e religião. Estranhos morais. Solidariedade. Vulnerabilidade.

Abstract: This paper argues the reasons that structuralize the moral judgments, pointing the relevance of if considering the emotions and beliefs like the basic reason of the ethical reflection.

Key words: Reflection with autonomy. Bioethics and religion. Moral strangers. Solidarity. Vulnerability.

Por que temos dificuldade em expressar o que sentimos? Por que é muito mais fácil tecer teorias, elaborar "construções", epistemologizar a reflexão ética, do que mergulhar, transparentemente, nas próprias paixões, emoções, sentimentos e crenças? Por que o medo de trazer à tona a insegurança, o nosso desconhecimento sobre tudo, a começar sobre o que é a vida, de onde viemos e para onde vamos? Porque nossa subjetividade não suporta reconhecer que os valores atinentes à existência somos nós próprios que criamos. Porque é difícil reconhecer que toda "verdade" passa primeiramente por cada um de nós e que é - apenas isto - de que dispomos para guiar a reflexão.

Este início de apresentação carregado de dúvidas reflete a implacável, e dificilmente suportável, constatação de que a vida afetiva, o reconhecimento

da importância das emoções e crenças, está – sempre - subjacente aos juízos morais. Essa afirmação pode ser definida como uma apologia da crença, mesmo por aqueles que percebem a diferença entre a crença religiosa e a proposição mais abrangente do termo que proponho discutir, a “crença na não crença”. Sobre isso é preciso questionar aqueles que questionam, perguntando se eles próprios não esbarram em sua crença fundante: a crença na razão pura, totalmente dissociada e apartada da subjetividade.

Insisto na importância de discutir essa questão porque a meu ver a epistemologia da bioética, é, enfim, uma tentativa de instituir parâmetros para lidar com os conflitos que nossa subjetividade propõe. Com conflitos, por exemplo, entre a crença que advoga o impedimento da construção de clones humanos e outra que defende a utilização de células-tronco de embriões clonados, objetivando melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas. Como conciliar racionalmente essas posições díspares frente a procedimentos técnicos similares, senão reconhecendo que evidenciam o conflito entre as emoções em cada um de nós? Parece-me claro que se quisermos adotar uma posição autônoma, cada um deve encaminhar a própria consciência em busca de solução.

E, justamente, a forma de realizar isso é o que me encanta discutir nessa ocasião: o conflito entre a ação que parte da postura ética pessoal, de uma convicção que se estabelece de dentro para fora, e aquela descritiva, que busca arrimo nas teorias e proposições de outros pensadores, para alicerçar aquilo que, no fundo, se quer impor como verdade. Uma verdade que está fincada no coração de nossas crenças, ainda que, muitas vezes, para tal fato se esteja cego.

Para essa discussão, não importa rastrear a origem dos sentimentos que constituem o conflito moral, já que podem vir da religião, de vivências e experiências passadas, de vontade de poder, conforme dizia Nietzsche, ou de quaisquer outros fatores causais. O que desejo fortemente trazer para essa discussão é a reflexão sobre a importância de perceber a subjetividade como elemento que orienta a condução da ação a cada instante de nossas vidas. Apenas assim se pode orientar a reflexão ao sabor da razão, esta sim, necessariamente, tão conhecedora quanto possível de seus “fundantes” emocionais. Esse conhecimento é o que permite admitir a possibilidade de emitir juízos morais.

Fundamentos da Reflexão Autônoma

Nos vários fóruns onde se discutem os parâmetros éticos que devem nortear a ação, fala-se sempre - e muito - dos aspectos emocionais (e, obviamente, também da crença religiosa), não por entender que são eles que devam nortear nosso pensar ético. Nessas discussões a percepção da emoção é desqualificada, assim como o interlocutor que a manifesta. No entanto, considero pertinente apontar que por uma questão da biologia evolutiva dos seres humanos, que independe até mesmo da vontade, as emoções são o cerne da cognição e configuram as bases do pensamento racional. E é por isso que se pode pensar sobre uma emoção: porque no momento exato em que sua existência torna-se conhecida, ela passa a integrar-se à racionalidade. Portanto, refletir sobre uma emoção é torná-la um pensamento.

Sublinho a importância de atentar para esse fato porque, se de início as emoções podem parecer apenas elementos que confundem a razão, a consciência de uma emoção confere a condição de administrá-la, de pesar os seus aspectos favoráveis e contrários. Assim, contrariando a visão que pauta o senso comum, que leva a crer num primeiro momento que esse é um enfoque ético irracional e apaixonado, busco apontar exatamente o oposto: que a percepção da emoção, do sentimento ou da crença que, desejemos ou não, é o *primum moviens* da escolha de nosso norte ético, é essencial para produzir a reflexão e a ação éticas. Conhecer essas emoções e analisá-las de forma objetiva, à luz do conhecimento e da racionalidade, é o que torna possível estabelecer o que é apropriado fazer em determinada situação.

Manter a emoção como pano de fundo, como um ponto cego à tentativa da análise racional, é considerado, na maioria das vezes, muito mais confortável. Assim, para dar encaminhamento a qualquer dilema ético basta consultar um código, um sacerdote (de qualquer religião) ou guiar-se por princípios construídos até mesmo por "bioeticistas". O conflito interno a que está sujeito um profissional de saúde diante de um doente terminal, face à perspectiva de um aborto desejado pela mulher, ou, então, quanto à preservação da confidencialidade inerente à relação profissional de saúde e usuário, quando isso envolve risco para terceiros, são algumas das situações que ilustram tal afirmação.

Acredito que em qualquer dessas circunstâncias, elencadas aleatoriamente à guisa de exemplo, sejam as emoções e crenças do próprio

profissional que acabarão por guiar sua reflexão antes de qualquer lei. Portanto, para tentar empreender a reflexão autônoma é imprescindível trazer à luz essas crenças, sentimentos e paixões que, mesmo quando não determinam a ação, atuam como poderosas influências com relação ao pensar e ao agir éticos.

O papel dos já referidos *primum moviens* na orientação da ação pode ser percebido na análise de um aspecto fundamental da obra de Engelhardt Jr., embora a aproximação entre essas discussões se refira a um ponto específico. Este autor, cuja matriz conceitual é forjada a partir de uma corrente teológica poderosa, fundamenta sua proposta no respeito ao outro, reconhecendo que entre “amigos morais” se pode chegar facilmente a um entendimento quanto a preceitos morais, o mesmo não ocorrendo com “os estranhos morais” (ENGELHARDT JR., 1996).

E o que faz com que isso aconteça? É o peso da crença, dizemos nós. Ora, entretanto, quanto mais os interlocutores em uma discussão ética puderem (e quiserem) “olhar fundo na causalidade de suas persuasões” com respeito ao outro, mais se torna possível existir alguma aproximação. É certo que essa percepção, por parte do “bioeticista”, lhe dá condição superior de entender e perceber a si mesmo e aos outros. É importante salientar, todavia, que a denominação “bioeticista” é usada aqui apenas por seu uso estar consagrado, já que, por tudo que foi discutido, seria legítimo considerar da mesma forma todos que tem coragem de perscrutar suas emoções e crenças, escondidas sob o manto da razão, em busca da reflexão autônoma.

Outra pré-condição para a reflexão autônoma é a capacidade de sintonizar-se com o outro, de desenvolver empatia e compreensão, ainda que no dissenso. Considero isto talvez o único ou, senão, certamente o mais importante pré-requisito para a reflexão e ação éticas: estar junto com o próximo, entendendo ou partilhando sua visão de mundo.

Esta aproximação propicia a solidariedade e a superação da condição de dependência, que restringem a ação a objetivos egoístas. Segundo a teoria freudiana, o ser humano só adquire capacidade de superar seu Édipo quando deixa de ver somente a mãe, que representa a dependência, e já conquistou espaço emocional para vincular-se afetivamente a outras pessoas.

Certamente, a reflexão autônoma descrita neste trabalho muito pouco tem que ver também com a pragmática “autonomia”, de Beauchamp e Childress, que não deixa de ser uma abstração (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 1994). Mesmo na mais árdua tentativa de nortear a ação exclusivamente por princípios dados *a priori*, não saberemos nunca dizer

até que limite nosso comportamento flui intrinsecamente de cada um de nós ou decorre da ação de nossos genes ou das vivências e experiências da vida. Leibniz, de forma semelhante a Henry Atlan, afirmava, muito antes da era da informática, que, não obstante o ideal da autonomia, "tudo já estaria previsto", quaisquer sejam as atitudes dos seres humanos, como se fôssemos todos constituintes de um projeto de informática transcendental.

Pode ser exatamente isto, mas se queremos resguardar a crença em nossa humanidade, na capacidade de reflexão autônoma, precisamos trazer a tona o *primum moviens* de nossa ação. Pois, na ausência de tal reflexão, resta apenas não crer na possibilidade de nós sermos nós mesmos, o que faz com que a vida perca o sentido que lhe confere consistência. Buscar a autodeterminação, ainda que esta seja restrita, imposta por fatores biológicos e sociais, pode ser muito mais angustiante do que permanecer atado às certezas das verdades pré-estabelecidas. Mas, apesar disso, é essa reflexão ética que ora proponho, tanto quanto possível, sem parâmetros.

Bioética e Religião

Desde os primórdios da humanidade, os seres humanos precisaram governar-se. A harmonia possível, no convívio em grupo, sempre foi uma necessidade. Desde sempre, o ser humano nada mais teve do que sua percepção, com relação a si mesmo e aos outros seres, acicatada pelo desejo de sobrevivência; a par disto, uma noção dolorosa de sua vulnerabilidade e de seu caráter temporalmente efêmero.

Assim, criaram-se as primeiras regras, no mais das vezes de forma autoritária, por líderes que, através do seu carisma ou da força, impuseram normas. E dessa forma, também, criou-se Deus. A percepção da vulnerabilidade no que tange a todas as forças da natureza, a necessidade de alimentação e de proteção, a idéia do certo e do errado (adequado ou inadequado), do que precisaria ser premiado ou punido, levaram à "construção" da divindade. O homem gerou a crença no Deus, o qual, por sua vez, teria criado o universo.

Podemos considerar crença como toda percepção de transcendência. Encontra-se nessa escala tudo aquilo que transcende a racionalidade: a ligação afetiva com um Deus, ou seja, a religiosidade; ou com o próximo: a solidariedade, a empatia ou a compaixão. Qualquer desses temas baseiam-se em sentimentos, tal como o ódio ou a inveja. Esses sentimentos, camuflados ou não, querendo ou não, existem e influenciam a forma de pensar e agir.

Eles são a ligação afetiva, agregadora para o grupo, que é o que Dos Anjos denomina transcendência horizontal, reservando a expressão "transcendência vertical" para a ligação com Deus (DOS ANJOS, 2004).

Quando os sentimentos são positivos, considerados construtivos para a sociedade, grupo ou clã em que se vive, pode-se considerá-los como constituintes da religiosidade. A religião, por outro lado, é a consolidação e institucionalização do que denominamos religiosidade. Ela tem um corpo doutrinário, explicita crenças (transformando-as em dogmas), estabelece preceitos e normas, que são, na maioria das vezes, destinados a preservar a sobrevivência e convivência harmônica dos sujeitos de uma sociedade. A religião canaliza a religiosidade das pessoas, fazendo com que flua numa única direção e com um único propósito. Assim, fica clara a diferença entre religiosidade e religião.

Mesmo que a religião seja muitas vezes questionada, que se aponte aspectos irracionais e obscuros que podem envolver as crenças, o que facilmente se observa é a tendência do religioso a obedecer, antes de tudo, a tais ditames. E essa obediência irrefletida à orientação religiosa, seja ela qual for, se alimenta nas emoções impensadas. Nesse "espírito" em relação ao qual somos cegos, que move a ação se contrapondo à tentativa de reflexão autônoma.

Em contrapartida a bioética acolhe todas as formas de hierarquizar valores. É por essa razão que jamais encontraremos uma doutrina bioética que vá ao encontro das crenças de todas as pessoas ou grupos, em todos os tempos e nas diferentes latitudes. Justamente por não propor um corpo unívoco de ensinamento, a bioética pode ser um instrumento para a reflexão autônoma. Ao propor o diálogo e a compreensão do outro, pode fazer emergir denominadores comuns no sentir, pensar e agir dos "estranhos".

A importância de compreender as emoções e entender as ligações afetivas que permeiam a reflexão, foi o que procurei mostrar nesta breve apresentação. É a partir daí que busquei construir um caminho para alcançar a reflexão que denomino Ética, a qual, no que se refere à vida e à saúde humana, passou a ser chamada de bioética. É aí que podemos achar a convergência entre a bioética de reflexão autônoma, sobre o qual escrevemos, e a religião. Em uma e outra verificamos conceitos e princípios que buscam hierarquizar valores no sentido de se obter - e preservar - harmonia social.

* Conferência apresentada no VI Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Mercosul (Foz do Iguaçu, 2005).

Referências Bibliográficas

BEAUCHAMP, T & CHILDRESS, J. *Principles of biomedical ethics*. Oxford University Press, 4th. ed., 1994.

ENGELHARDT JR, HT. *The foundations of bioethics*. Oxford University Press 2nd. ed., 1996.

DOS ANJOS, MF. Câmara Técnica de Bioética. *Atas Conselho Regional de Medicina de São Paulo*, 2004.

SEGRE, M (coord.) *A questão ética e a saúde humana*. São Paulo, Atheneu (no prelo).

SEGRE, M & COHEN, C. *Bioética*. São Paulo, EDUSP. 3^a. ed. revisada e ampliada, 2002.

SEGRE, M; SILVA, FL & SCHRAMM, FR. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio da autonomia. *Bioética*, CFM, 6(1):15-25,1998.

Recebido em 20/10/2005

Aprovado em 13/11/2005